

BOLETIM 600

Brasília, 5 de julho de 2018

Centrais se reúnem para definir Dia Nacional de Protestos em agosto

As Centrais CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central, CSB e Intersindical se reuniram nesta quarta (4) na sede do Dieese, em São Paulo, para definir como serão as mobilizações do Dia Nacional de Protestos e Paralisações, em 10 de agosto.

Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese, disse à Agência Sindical que ficou decidido realizar uma reunião mais ampla, dia 11 de julho, com as entidades sindicais de São Paulo, para organizar o movimento.

“Está claro para o movimento sindical que a prioridade é a discussão e o enfrentamento do desemprego. É preciso discutir as políticas voltadas para a geração de emprego e à proteção dos direitos. É necessário ampliar a participação e trazer, além dos Sindicatos, movimentos sociais e entidades como OAB, Anamatra etc., para ampliar a mobilização”, explica.

A plenária com os Sindicatos será realizada na próxima quarta (11), às 10 horas, no auditório do Dieese (rua Aurora, 957, região Central de São Paulo).

Fonte: Agência Sindical



Em sabatina na CNI, **Ciro diz que a reforma trabalhista é 'uma selvageria'**

O ex-governador do Ceará, **Ciro Gomes** (PDT), fez um acalorado pronunciamento em evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta quarta-feira (4/7), em Brasília. Além de criticar os concorrentes, especialmente **Jair Bolsonaro** (PSL), o pré-candidato pedetista apresentou propostas duras para um eventual governo. **Ciro** foi vaiado ao responder sobre um tema controverso, a reforma trabalhista, que qualificou como "uma selvageria".

"Nosso país extrapolou o limite do razoável. Passamos do limite, com a semente do militarismo e da resposta tosca presentes em uma conta de 62% dos jovens que têm como sonho ir embora do Brasil" afirmou, fazendo referência a **Bolsonaro**. O deputado está tecnicamente empatado com **Marina Silva** (Rede) na liderança

de intenções de voto em pesquisas divulgadas semana passada. Ciro vem na sequência.

Questionado sobre possíveis alianças, o candidato desconversou. Disse que o responsável pelas respostas é o presidente do partido, Carlos Lupi. "Mas acho que precisa ser algo de centro-esquerda. Um ponto de vista programático é um grande desafio. Há uma cobiça fraterna pelo PSB, primeiro turno não deve dar, mas o PCdoB depois, o centrão temos conversas para discutir alguns modelos e tirar o país do desequilíbrio".

Vaiado por ter criticado a reforma trabalhista, Ciro afirmou em entrevista coletiva que "está do lado do trabalhador". "Não me envergonho disso, acho complicado a reação. (A reforma) é uma selvageria", explicou. Como resposta, pediu para "elite de indústria" colocar mão na consciência ao ser vaiado por se apresentar ao lado da classe trabalhadora. Minutos depois, mudou o tom e arrancou aplausos e risadas do público.

Sobre o aumento do mercado de trabalho, uma das bandeiras do PDT, o pré-candidato disse que milhares de pessoas na informalidade. "Nunca vi uma crise tão complexa e multifacetada em 38 anos de política. Falamos de economia, política, sociedade... Brasília parece ter virado uma verdadeira Babel, uns invadem o espaço dos outros, não há razoabilidade"" disse, fazendo alusão aos Três Poderes.

Ciro também apresentou Mauro Benevides Filho, que vai cuidar de parte econômica do plano de governo pedetista. "É esse cara que vai cuidar da Economia brasileira". Sobre combate à violência, o ex-governador disse que apenas 8 de cada 100 homicídios são investigados no país. "Isso mostra o colapso do Estado".

Fonte: Correio Braziliense



Ministro do Trabalho é afastado pelo STF em investigação sobre fraudes em registros sindicais

PF faz buscas no gabinete de deputado e cumpre 3 mandados de prisão

O ministro do Trabalho Helton Yomura foi afastado do cargo nesta quinta-feira (5) pelo STF em nova fase da operação da Registro Espúrio, da Polícia Federal, que apura supostas fraudes em registros sindicais. A PF cumpre mandado de busca e apreensão no gabinete do deputado federal Nelson Marquezelli (PTB-SP).

Ao todo, são 10 mandados de busca e apreensão e três mandados de prisão temporária.

Fonte: Jornal do Brasil



Greve dos caminhoneiros fez indústria recuar 10,9% de abril para maio

A produção industrial brasileira caiu 10,9% em maio deste ano, na comparação com abril. Foi a maior queda do indicador desde dezembro de 2008, com recuo de 11,2%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a queda foi motivada principalmente pela paralisação dos caminhoneiros no final de maio, que afetou o processo de produção em várias unidades industriais do país.

Na comparação com maio do ano passado, o recuo chegou a 6,6%, o mais intenso desde outubro de 2016, que foi de 7,3%, interrompendo 12 meses consecutivos de altas. Apesar disso, a indústria brasileira ainda acumula altas de 2% no ano e de 3% em 12 meses.

“A greve desarticulou o processo de produção em si, seja pelo abastecimento de matéria prima, seja pela questão da logística na distribuição. A entrada do mês de maio caracterizou uma redução importante no ritmo de produção”, explicou o coordenador da pesquisa André Macedo.

O patamar de produção industrial retornou a um nível próximo ao de dezembro de 2003, ficando 23,8% abaixo do recorde alcançado em maio de 2011.

Atividades - De abril para maio, o recuo atingiu as quatro grandes categorias econômicas, com destaque para os bens de consumo duráveis, que tiveram queda de 27,4%. Os bens de consumo semi e não duráveis caíram 12,2%. As demais categorias tiveram os seguintes decréscimos: bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos (-18,3%), e bens intermediários, isto é, os insumos industrializados para o setor produtivo (-5,6%).

Das 26 atividades pesquisadas, 24 tiveram queda na produção. As principais influências negativas vieram dos veículos automotores, reboques e carrocerias (-29,8%), dos produtos alimentícios (-17,1%) e de bebidas (-18,1%), todas pressionadas pela paralisação dos caminhoneiros.

Os únicos segmentos com alta na produção foram coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (6,3%) e de indústrias extrativas (2,3%).

Fonte: Agência Brasil

Projeto prevê gestão do FGTS custeada pelos órgãos de representação

As despesas geradas pela gestão do FGTS — como a realização da inscrição em dívida ativa, o ajuizamento e o controle e acompanhamento dos processos judiciais — devem ser de responsabilidade dos órgãos de representação e não serão descontados do fundo. Esse é o objetivo do PLS 24/2017, do senador Alvaro Dias (Pode-



PR), que avançou nesta quarta-feira (4). Aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto revoga trechos da Lei nº 8.844, de 1994, que segundo Alvaro beneficiam financeiramente a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Caixa Econômica Federal em detrimento dos recursos de investimento do FGTS.

O autor da proposta observa que a PGFN é composta por servidores públicos, devidamente remunerados para o exercício dessa e outras atividades e, por isso, é inconstitucional cobrar os gastos do FGTS.

Da mesma forma, o senador argumenta que a Caixa obtém lucros por meio das taxas de juros que cobra dos empréstimos feitos com recursos do fundo e, com isso, consegue arcar com os custos da gestão. Para Alvaro, "é incompreensível que se queira debitar da conta do FGTS despesas de cobrança, quando a própria Caixa é beneficiada diretamente".

O relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), apresentou parecer pela aprovação do projeto:

"Ainda que, nesses casos a representação dos interesses do FGTS se faça em benefício do próprio fundo e não da Caixa Econômica Federal ou do Tesouro Nacional, temos que a atribuição desse ônus ao FGTS nos parece incorreta, dado que atribui a essa entidade, patrimônio dos trabalhadores brasileiros", defende.

Fonte: Agência Senado

Câmara aprova anulação de multa de empresa que não entregou guia do FGTS

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (4), o Projeto de Lei 7512/14, que anula o débito tributário e a inscrição em dívida ativa de empresas que deixaram de entregar a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (Gfip).

O relator na comissão, deputado Jorginho Mello (PR-SC), apresentou parecer defendendo a constitucionalidade da proposta.

A proposta tramitou em caráter conclusivo e, portanto, deve seguir para análise do Senado, a não ser que haja recurso para votação pelo Plenário.

Segundo o autor do projeto, deputado Laercio Oliveira (PP-SE), a Receita Federal do Brasil (RFB) vem autuando empresas brasileiras que deixaram de entregar as Gfips relativas aos anos de referência de 2009 a 2013. As multas variam entre R\$ 200 e R\$ 500.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS